

Anaísa Silva Gordino

Universidade de Sófia Sveti Kliment Ohridski

anaisasg@yahoo.fr

A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais Panorama Atual e Perspetivas de Futuro

Resumo:

Na era da globalização e do multiculturalismo, as organizações internacionais constituem uma janela para o mundo das línguas de forma mais lata, replicando muitos dos jogos de forças entre línguas e culturas na cena internacional.

Neste artigo, apresentaremos o panorama atual em instituições que contam com o português entre as suas línguas oficiais/de trabalho, daí derivando ilações sobre a sua implementação e procurando identificar estratégias para a difusão da língua portuguesa, ancoradas nas três categorias de política de língua e planeamento linguístico: planeamento de estatuto, de *corpus* e de aquisição.

Tendo como base abordagens em política de língua e planeamento linguístico e o levantamento de dados estatísticos nas áreas da tradução e interpretação, defendemos que a expansão do português nestas instituições é um projeto viável, desde que selecionados os canais adequados e seguidas orientações claras em termos de planeamento linguístico. Estas orientações deverão privilegiar a cooperação entre países lusófonos e colocar a adoção do português numa perspetiva de complementaridade à língua inglesa (a língua hipercentral), de forma a cimentar o estatuto do português como língua global.

Palavras-chave: política de língua, planeamento linguístico, gestão linguística, organizações internacionais, língua portuguesa

Abstract:**The Portuguese Language in International Organisations. Current Overview and Prospects for the Future**

In the age of globalisation and of multiculturalism, international organisations are a window to the world of languages in a broader sense, as they mirror many of the conflicts and of the forces brought into play in the relationships between languages and cultures on the world stage.

In this article, we will present an overview of the institutions that have Portuguese as one of their official/working languages, deriving some lessons about its implementation and seeking to identify strategies for its spread, founded on the three categories of language policy and planning - status, *corpus* and acquisition planning.

Based on different approaches in language policy and planning and on the survey of statistic data on translation and interpretation, we argue that the expansion of the Portuguese language within these institutions is a viable project, as long as the right channels are chosen, and there are clear guidelines in terms of language planning. These should make the most of the cooperation between lusophone countries and place the adoption of Portuguese under a light of complementarity towards English, the hipercentral language, as a way for strengthening the status of Portuguese as a global language.

Keywords: language policy, language planning, language management, international organisations, Portuguese language

Porquê as organizações internacionais?

A premissa de que a delineação de estratégias de política de língua de planeamento linguístico para o português deve ter em conta o papel que a sua presença em organizações internacionais desempenha, pela visibilidade conferida por esses *fora* à escala global, é uma perspetiva partilhada pelos países da CPLP e ilustrada nos Planos de Ação de Brasília (PAB) e de Lisboa (PALis), os quais estabelecem a implantação da língua portuguesa junto de organizações internacionais como um dos seus objetivos prioritários.

O foco na gestão e negociação de questões de política de língua e de planeamento linguístico em organizações internacionais, e na posição do português nestes contextos, decorre, antes de mais, da convicção de que analisar instituições com uma política de multilinguismo

e a forma como se joga o estatuto relativo de cada língua nestes organismos constitui um microcosmos que reflete o universo das línguas de forma geral.

Numa segunda instância, estas instituições desempenham um papel instrumental na definição de políticas de língua nacionais e supranacionais, ao mesmo tempo que colocam no seu seio questões ligadas à diversidade linguística, como o valor da produção de conhecimento num leque alargado de línguas.

Finalmente, estas organizações são, em si, um polo de atração para profissionais da área das línguas, como tradutores e intérpretes, com as implicações que daí advêm, nomeadamente em termos financeiros.

Num momento em que o modelo gravitacional de Calvet (1999, 2002), que coloca o inglês na posição de “língua hipercentral”, parece encontrar ampla confirmação a diferentes níveis, da hegemonia nos *media* à preponderância na esfera diplomática, não podemos, contudo, escamotear os desafios que se colocam à difusão do português (e a outras línguas na mesma posição, como o francês e o espanhol):

- i) Como manter, ou até mesmo fortalecer, o seu estatuto e encontrar espaços para o seu uso, sem que esses espaços sejam periféricos ou confinados ao mundo da lusofonia (ou das restantes “fonias”)?
- ii) Como obter reconhecimento da sua importância, sem que tal se limite a uma proclamação *de jure*, vazia de conteúdo *de facto*?
- iii) Para onde canalizar esforços e recursos, com vista a uma efetiva implementação do português, tornando-o uma língua mais apetecível no mercado das línguas?

Estas questões, bem como os princípios que lhes subjazem, constituem as linhas de orientação das propostas que a seguir apresentamos. Tendo presentes as três categorias do planeamento linguístico – estatuto (alocação de funções), *corpus* (forma) e aquisição (utilizadores da língua) – e com base na experiência direta em organizações internacionais nas quais já o português tem estatuto de língua oficial e/ou língua de trabalho, iremos analisar a situação da língua portuguesa no momento atual. Daí derivaremos um roteiro para a difusão do português a novas instituições e apresentaremos sugestões para uma mais efetiva implementação da língua portuguesa a nível global.

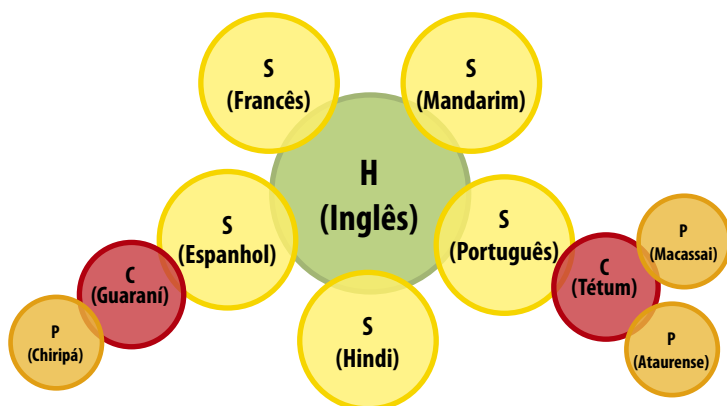
O português na constelação das línguas

A conceção do mundo das línguas enquanto ecossistema tem sofrido dois tipos de abordagem: ora, numa perspetiva ideologicamente mais neutra, se constata que as línguas coexistem sincrónica e diacronicamente e estabelecem relações entre si, entre as quais relações hierárquicas; ou, numa postura militante e mais “ambientalista”, se adota uma posição face às relações de força existentes, e se postula a indiscutível hegemonia do inglês, com tendência para o imperialismo linguístico¹, procurando reverter esse processo.

Relembrando as propostas de Calvet (1999, 2002), e com base no seu modelo gravitacional – que inclui aspetos como a difusão geográfica, o número de falantes, mas também as funções e contextos de uso das diferentes línguas – encontramos o inglês como língua hipercentral deste sistema, sendo o português uma língua supercentral².

¹ Expressão cunhada por Philipson (1992).

² A definição das línguas supercentrais não é totalmente consensual, mas considera-se geralmente que existe cerca de uma dezena de línguas supercentrais, para além de centenas de línguas centrais (C) e periféricas (P).

Imagem 1. O Modelo Gravitacional de Calvet (1999, 2002)

Em termos estatísticos, pesem algumas oscilações, o português surge como a terceira língua europeia mais falada no mundo, com uma dispersão que abarca os cinco continentes, e tem a função de língua oficial em nove países, registando cerca de 261 milhões de falantes como língua materna³. Contudo, a posição da língua portuguesa não pode repousar apenas no aumento do número de falantes nativos, ou nas vicissitudes da demografia e da economia dos países lusófonos, mas tem de contar com um número crescente de falantes não-nativos (conforme defende Filipe, 2006), cujo estatuto económico e político venha reforçar a sua posição a nível global – esse tem sido, aliás, o caminho da expansão do inglês.

Para que a consolidação do papel do português seja conseguida, as políticas e o planeamento de estatuto têm de ser articulados com medidas para a sua aquisição. Esse é o foco das propostas de Mateus (2002), que abrangem o ensino do português como língua materna,

³ Segundo Dados do Observatório da Língua Portuguesa e do *Novo Atlas da Língua Portuguesa*.

língua segunda, ou língua estrangeira⁴ e esse é, também, um dos argumentos para a defesa da implementação do português em organizações internacionais.

O português em organizações internacionais: panorama atual

A definição do número de organizações em que o português é língua oficial ou de trabalho apresenta variações, a primeira das quais se prende com o seu estatuto – como língua oficial, de trabalho ou de documentação (definições que são um tópico em si problemático) – e com o seu uso efetivo. Do cruzamento de várias fontes bibliográficas e digitais⁵, foi possível identificar um total de 22 organizações internacionais que contam o português como língua oficial (LO) e/ou de trabalho (LT), apresentadas na tabela 1.

A escolha das línguas oficiais de organizações internacionais resulta, em grande parte, da sua composição em termos de países-membros. A configuração geopolítica destas instituições evidenciaria, assim, o maior peso que o português tem na América e em África e o facto de uma maior presença de países lusófonos (em organizações intercontinentais) ajudar a estabelecer a sua posição global, ao mesmo tempo que aponta para um papel mais subsidiário na Europa e a sua – quiçá esperada – menor visibilidade na Ásia.

⁴ No artigo em questão, sem procurar fazer uma distinção formal, Mateus considera como língua segunda (ou língua veicular/de escolarização) o português nos países africanos – podendo-se acrescentar também Timor – e como língua estrangeira os contextos de todos os países em que o português não é língua oficial (considerando, contudo, que o ensino de português aos emigrantes portugueses, seria, nesses casos, ensino enquanto língua segunda).

⁵ Obras de referência sobre organizações governamentais internacionais – em particular Reto [et al.] (2016) –, páginas eletrónicas das instituições, tratados de criação das organizações em causa e contacto direto com as mesmas. Por uma razão de economia, as referências não serão apresentadas de forma exaustiva na bibliografia, sendo condensadas na Tabela 1.

Tabela 1. Organizações internacionais em que o português é língua oficial/de trabalho

Sigla/Acrónimo	Nome da Organização	Outras línguas oficiais/de trabalho	Países-membros de LOP	Adoção do Português
Organizações com uma ou duas línguas oficiais/de trabalho				
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	-	8 países de LOP + Guiné Equatorial	Artigo 6 dos estatutos exige Português como LO dos seus membros
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração	Espanhol	Brasil	1980- Tratado de Montevideo consagra dois textos de fundação da ALADI (espanhol e português)
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos	Espanhol	Brasil, Portugal	Estatutos da OEI – Artigo 1 (PLO)
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano	Francês	Guiné-Bissau	Sem informação (por defeito LO), não é LT
Organizações com três línguas oficiais/de trabalho				
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	Francês e Inglês	PALOP + Portugal e Brasil	Adoção de facto em documentos
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	Francês e Inglês	Cabo Verde, Guiné-Bissau	1993 - Tratado revisito da CEDEAO, artigo 87 (PLO e LT)
MERCO-SUL	Mercado Comum do Sul	Espanhol e Guaraní	Brasil	1991-Tratado de Assunção, artigo 17 (PLO)

SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	Francês e Inglês	Angola, Moçambique	1992 - Tratado da SADC, Capítulo 15, artigo 37 (PLT)
Organizações com quatro línguas oficiais/de trabalho				
ACP	Países de África, Caraíbas e Pacífico	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil e PALOP	1992 - Revisão do tratado de Georgetown, artigo 25
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil e Portugal	1959 - Acordo de criação do BID consagra textos em inglês, francês, português e espanhol
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	Espanhol, Francês e Inglês	Angola, São Tomé e Príncipe	1983 - Tratado de criação da CEEAC, artigo 85
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Saara	Árabe, Espanhol e Francês	Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe	Sem documentação disponível Versão revista do tratado da OEA consagra textos em
OEA	Organização dos Estados Americanos	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil	espanhol, inglês, português e francês, Capítulo XXI, artigo 139
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	Espanhol, Inglês e Neerlandês	Brasil	1978 - Tratado de Cooperação Amazônica, Artigo XXVIII Refere versões em quatro idiomas, todos igualmente válidos
SELA	Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil	1975 - Convénio constitutivo do SELA, artigo 38
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas	Espanhol, Inglês e Neerlandês	Brasil	2008 - Tratado constitutivo da UNASUL, artigo 23

ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	Espanhol, Francês e Inglês	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe	Sem documentação, informação de diferentes fontes indica quatro línguas oficiais, incluindo português
Organizações com cinco ou mais línguas oficiais/de trabalho				
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos	Espanhol, Francês, Inglês, Neerlandês	Brasil	2010 - Declaração de Caracas em português
FIVB	Federação Internacional de Voleibol	Árabe, Espanhol, Francês, Inglês, Russo (Francês e Inglês como LT)	8 países de LOP+Guiné Equatorial	1947- Brasil e Portugal países fundadores (total de 14) 2014 - Definição de Português como LO, artigo 1.6.1
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual	Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Inglês, Russo	7 países de LOP (-Timor)+Guiné Equatorial	2000 – Assembleia dos estados-membros, português como língua de trabalho sob condições específicas
UA	União Africana	Árabe, Francês, Inglês, Espanhol e Swahili	5 PALOP	2000 - Acto Constitutivo [sic] da União Africana, artigo 25
UE	União Europeia	24 LO no total 3 LT na Comissão Europeia	Portugal	1992 - Tratado de Maastricht refere validade da versão portuguesa

Agrupando as organizações por áreas geográficas, encontramos:

- Instituições com distribuição intercontinental – 6 organismos: ACP, CPLP, OEI, OMPI, ZPCAS e uma federação desportiva, a FIVB;
- África – 7 organizações: BAfD, CEEAC, CEDEAO, CEN-SAD, SADC, UA, UEMOA;
- América – 8 organismos: ALADI, BID, CELAC, MERCOSUL, OEA, OTCA, SELA, UNASUL;
- Europa – só a UE conta com o português como língua oficial, sendo as línguas de trabalho na Comissão Europeia apenas três (inglês, francês e alemão).

Devemos notar que uma leitura que correlaciona diretamente o número de instituições num continente com o seu mais forte estatuto nesse contexto não é totalmente inequívoca, dado que a UE é a grande instituição de referência no continente europeu, com uma política de multilinguismo marcada, e que, em contrapartida, a utilização do português nem sempre é tão alargada como se desejaria no seio de organizações globais ou no continente africano.

Tomando a presença na internet como medida da vitalidade do português nestas instituições ⁶ – uma escolha metodológica decorrente do facto de esta ser a principal fonte de informação disponibilizada pelas próprias instituições e a única forma de contacto de muitos utilizadores com as mesmas – e os documentos disponibilizados, obtemos uma visão mais matizada, como se verifica na tabela 2:

- a) Mais de metade das páginas eletrónicas (12) não dispõe de versão portuguesa;
- b) Nas organizações que não dispõem de *site* em português, é geralmente possível encontrar documentação legal, como tratados e legislação, na sua versão portuguesa, seguindo os *links* nas outras línguas – em circunstâncias de uso limitado, os textos legais ganham prioridade;

⁶ Os dados da tabela 2 foram recolhidos e atualizados ao longo de um período de cerca de três anos, de 2015 a 2018.

- c) Em alguns casos, há ligações em português que remetem para textos ou secções noutras línguas, demonstrando que há ainda trabalho a fazer neste domínio;
- d) Na maioria dos casos em que há páginas em português, estas surgem na variante do Português do Brasil – em organizações no continente americano, mas também em *sites* de organizações que têm Portugal e Brasil como seus países-membros (em particular a Organização dos Estados Ibero-americanos).

Tabela 2. Uso do Português em Organizações Internacionais – Presença na Internet

Sigla/ Acrónimo	Nome da Organização	Línguas oficiais/de trabalho	Línguas do <i>site</i>	Documentos em português?
Organizações com duas línguas oficiais/de trabalho				
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração	ESP, POR	ESP, POR	Documentos legais, acordos
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos	ESP, POR	ESP, POR	Legislação, artigos diversos
UE-MOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano	FR, POR	FR, ING	Não
Organizações com três línguas oficiais/de trabalho				
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	FR, ING, POR	FR, ING	Relatórios anuais e sobre temas específicos
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	FR, ING, POR	FR, ING, POR	Não - <i>links</i> remetem para textos em inglês ou francês
MER-COSUL	Mercado Comum do Sul	ESP, GUA, POR	ESP, POR	Documentos oficiais, tratados, comunicados

SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	FR, ING, POR	ING	Não
Organizações com quatro línguas oficiais/de trabalho				
ACP	Países de África, Caraíbas e Pacífico	ESP, FR, ING, POR	FR, ING	Não
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	ESP, FR, ING, POR	ESP, FR, ING, POR	Relatórios anuais e alguns documentos legais
CEE-AC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	ESP, FR, ING, POR	FR	Não
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara	ARB, ESP, FR, POR	ARB, FR	Não
OEA	Organização dos Estados Americanos	ESP, FR, ING, POR	ESP, FR, ING, POR	Relatórios, projetos, documentação diversa
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica	ESP, ING, NEE, POR	ES, ING, NEE, POR	Regulamentos, declarações, planos de trabalho, artigos
SELA	Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe	ESP, FR, ING, POR	ESP, ING	Documentação relativa ao Brasil
UNA-SUL	União de Nações Sul-Americanas	ESP, ING, NEE, POR	ESP	Não
ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	ESP, FR, ING, POR	NA - Sem <i>site</i>	NA – Sem <i>site</i>

Organizações com cinco ou mais línguas oficiais/de trabalho				
CE-LAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos	ESP, FR, ING, NEE, POR	<i>Site</i> da primeira 2015 – ESP	Não
FIVB	Federação Internacional de Voleibol	ARB, ESP, FR, ING, POR, RU (LT: FR, ING)	ING	Não
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual	ARB, CH, ESP, FR, ING, POR, RU	ARB, CH, ESP, FR, ING, RU	Legislação, tratados
UA	União Africana	ARB, ESP, FR, ING, POR, SWA	ARB, FR, ING	Relatórios diversos
UE	União Europeia	24 línguas oficiais no total	24 línguas oficiais	Legislação diversa, tratados

Se adicionarmos a estes elementos a variabilidade de recursos financeiros e humanos alocados à efetivação de uma política de multilinguismo, nomeadamente através de departamentos de tradução e interpretação⁷, verificamos que, a par do domínio do inglês, há ainda um importante trabalho a fazer na implementação da língua portuguesa, quando confrontada com outras línguas supercentrais, algo que implicará o investimento dos países de língua oficial portuguesa, diretamente ou por intermédio da CPLP.

Vetores para a difusão da língua portuguesa

O reconhecimento de que a atribuição do estatuto de língua oficial ou de trabalho ao português não basta para que seja utilizado no dia-a-dia

⁷ Como casos ilustrativos, a União Europeia (UE) possui departamentos que contam com centenas de tradutores e intérpretes, enquanto em instituições como a União Africana (UA), esse número cifra-se em apenas algumas dezenas, havendo menos de dez tradutores ou intérpretes permanentes para línguas como o português ou o francês.

das instituições deve levar-nos a abordar de forma ponderada a sua difusão a novas organizações.

A promoção do português deve ancorar-se em alguns princípios básicos, nomeadamente o da relevância para os países lusófonos e o da economia – de esforço e de investimento – procurando realizar uma eficaz gestão de recursos.

Sem deixar de adotar uma atitude crítica em relação às escolhas do passado, uma política que vise o reforço do estatuto do português não pode ignorar os esforços já feitos e deve apresentar linhas de ação consistentes com o percurso traçado, tendo em conta alguns critérios essenciais:

- i. coerência – a escolha de novos *fora* para a difusão do português deve respeitar as políticas já definidas e permitir uma articulação com organizações em que a língua portuguesa é atualmente língua oficial/de trabalho;
- ii. relevância – os alvos para a difusão do português devem ser polos de interesse para os diferentes países lusófonos e responder às suas necessidades e estratégias de integração regional e global;
- iii. visibilidade – as organizações deverão ter projeção a nível global e dentro do mundo lusófono, permitindo o fortalecimento da posição da língua portuguesa, tornando-a mais apetecível no mercado das línguas e dando-lhe mais espaço e tempo de antena nos *media*; essa visibilidade funcionará como reforço positivo e estímulo para os países lusófonos na prossecução das suas políticas de língua;
- iv. sustentabilidade/viabilidade – a difusão do português a qualquer organização terá de levar em linha de conta as probabilidades de tal proposta ser aceite e levada a cabo de modo efetivo, privilegiando instituições que possuam departamentos de tradução e interpretação e envolvam vários parceiros do mundo lusófono, por forma a custear as despesas de criação de secções de português;
- v. existência de um historial de adoção de novas línguas na instituição – escolha de organizações com uma política de abertura em termos linguísticos (respaldada pelo critério de sustentabilidade);
- vi. presença de países lusófonos – a existência de “blocos de língua portuguesa” no seio de instituições, incluindo, sempre que possível,

o Brasil (pelo seu peso económico e demográfico) deverá ser um fator crucial para a proposta de adoção do português.

A quantificação de alguns dos critérios enunciados constitui um desafio que só poderá ter uma resposta cabal num estudo mais alargado desta questão. Podemos, contudo, tomar indicadores que nos ajudam a identificar alguns dos focos de ação prioritária para a difusão do português. A pré-seleção das instituições baseou-se na perceção da sua relevância no mundo lusófono e, em particular, em Portugal, através dos *media*, bem como no facto de várias de entre elas serem há algum tempo apontadas como possíveis alvos para a adoção do português.

O critério da visibilidade foi medido através do volume de tráfego na internet das páginas oficiais das organizações.⁸ O fator coerência, associado ao de relevância, teve como base os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, os quais mencionam explicitamente a Conferência Geral da UNESCO, a Assembleia Geral da ONU (e, potencialmente, o Conselho de Segurança), a Organização Mundial de Saúde (OMS), ou a UNICEF.

O critério de viabilidade/sustentabilidade foi, para já, avaliado através da existência de departamentos de tradução e interpretação nas instituições e da presença de países lusófonos.

Com base nestes elementos, podemos identificar algumas organizações que consideramos corresponderem aos interesses de difusão da língua portuguesa (apresentadas na tabela 3) divididas em três grupos estratégicos:

⁸ Números obtidos pela consulta dos *sites* de cada uma das organizações, tomando como referência o mês de agosto de 2017. Faz-se, é claro, as devidas ressalvas quanto às variações típicas destes dados, embora se tenham registado valores semelhantes ao longo do período de estudo, de 2015 a 2018.

Tabela 3. Potenciais Organizações-Alvo para a Expansão do Português

Organização	Tráfego Mensal (Web)	Departamento de tradução?	Historial de adoção de novas línguas	Presença de todos os países lusófonos?
OMS	5 929 900	✓	✓	✓
ONU Assembleia Geral	6 148 200	✓	✓	✓
UNESCO	2 384 480	✓	✓	✓
UNICEF	2 096 700	✓	✓	✓
CICV	491 600	✓	✓	✓
FMI	1 263 500	✓	Não; uso crescente das LO da ONU	✓
OMC	667 200	✓	✓	6 países
OCDE	2 118 900	✓	✓	Portugal
NATO	519 700	✓	✓	Portugal
ASEAN	262 000	Sem dados claros	Não	Timor-Leste candidato
COI	661 500	Sem dados claros	Não, mas LO temporárias	✓
FIFA	4 165 700	Sem dados claros	✓	✓

- organizações de primeira prioridade, que, respondendo a todos os critérios, se encontram na melhor posição para a expansão do português: OMS; Assembleia Geral da ONU; UNESCO; UNICEF; Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – coincidindo em grande parte com os vetores de ação do PAB e do PALis;
- organizações de segunda prioridade: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a OMC (Organização Mundial de Comércio), que, respondendo de forma satisfatória à maioria dos critérios, apresentam alguns obstáculos à sua adoção;

- organizações de terceira prioridade, ou não prioritárias, em que a presença do português não é suficientemente forte para legitimar a sua adoção a curto prazo, sendo preferível negociar na base de parcerias estratégicas para a tradução de documentos considerados mais relevantes para o mundo lusófono – OCDE, NATO e a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN).

Adicionalmente, a presença em instituições desportivas como o Comité Olímpico Internacional (COI) e, em particular, na FIFA, que tem já o português como uma das línguas oficiais da sua Conferência Geral, deverá ser reforçada, pela visibilidade que eventos desportivos internacionais possuem à escala mundial.

Instrumentos de planeamento de aquisição e de *corpus*

No decorrer das últimas décadas, a elaboração e disponibilização de *corpora* terminológicos, desde logo em suporte digital e em rede, tem sido uma das áreas sobre as quais linguistas e especialistas em tradução se têm debruçado, sendo disso exemplo recursos como o IATE (Interactive Terminology for Europe), um vasto repositório de terminologia usada em instituições da União Europeia. Contudo, urge um levantamento exaustivo dos *corpora* disponíveis e a sua atualização constante é crucial, tanto mais que a permeabilidade à língua inglesa, em particular, tende a propiciar o uso de termos e expressões daquele idioma e a sua adoção, em lugar da criação ou adaptação de vocábulos em língua portuguesa.

A existência de dicionários e glossários nas variantes do PE e do PB e, cada vez mais, as questões que se colocam sobre a necessidade de contemplar as variedades africanas devem também levar-nos a ponderar se é possível ou, sequer, desejável, preconizar uma harmonização das variantes do português como fator da sua internacionalização.

No domínio do planeamento de *corpus*⁹, um dos instrumentos que procurou criar essa uniformização foi o Acordo Ortográfico de 1990,

⁹ Aqui entendido na aceção usada na área de política de língua e planeamento linguístico, como o conjunto das atividades que visam intervir sobre a forma de uma língua.

apontado como um elemento facilitador da adoção da língua portuguesa em organizações internacionais. O próprio texto do AO afirma que a existência de duas normas ortográficas divergentes tem sido “largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no Mundo”¹⁰.

Ora, aquilo que o Acordo consegue é a criação de um critério para a ortografia do português (o da fonética), normalizando também a grafia de palavras que careciam de uma regra uniforme (no que toca, por exemplo, à hifenização).

Se tal é importante, permitindo uma convergência de noventa e oito por cento do vocabulário do português (segundo o próprio Acordo) e pode ser considerado um sinal exterior de unidade do mundo lusófono, no cruzamento entre o planeamento de *corpus* e o planeamento de estatuto, as divergências a nível ortográfico persistem – porque decorrentes de diferentes realizações fonéticas.

Similarmente, a sintaxe do PB e do PE apresenta aspetos divergentes, o léxico das duas variantes (bem como das variantes africanas, menos consideradas nesta equação) inclui vocabulário diverso (pensemos em documentos oficiais e no uso de “pressuposto” versus “orçamento”) e uma análise de processos morfológicos, como a sufixação, revela constituintes mais produtivos numa e noutra variante, para mencionar apenas alguns exemplos. Assim, é virtualmente impossível imaginar um cenário em que Portugal e Brasil façam parte da mesma instituição e em que não seja necessário selecionar, para dado documento, uma das variantes.

Na vertente do planeamento da aquisição, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua está presente em algumas das instituições com maior relevância no continente africano e trabalha em parceria com organizações no continente americano, nomeadamente através de leitorados¹¹, apoiando a formação de profissionais nas áreas da

¹⁰ Cf. Acordo Ortográfico de 1990, Anexo II, disponível em <https://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf> – 27 III 2019.

¹¹ Cite-se, a título de exemplo, a União Africana, a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), ou o MERCOSUL.

tradução e interpretação, bem como de funcionários administrativos e diplomatas. Contudo, segundo nos foi possível apurar, quer pelos (limitados) levantamentos realizados sobre estas instituições¹², quer por experiência direta ou pelos testemunhos de colegas, várias organizações carecem de mecanismos que encorajem os seus profissionais a seguir este tipo de formação de modo continuado, com impacto nos resultados obtidos.

Por outro lado, existem já protocolos entre organizações internacionais e universidades com cursos em tradução e interpretação (nomeadamente, a Universidade de Lisboa ou a Universidade Eduardo Mondlane), com o apoio de bolsas do Camões, I.P., que permitem a prossecução de estudos pós-graduados nestas áreas – colaborações que importará manter e aprofundar.

Parte da estratégia para a obtenção de resultados visíveis e mensuráveis poderá passar pela prossecução de alguns objetivos devidamente balizados no tempo: a atualização de bases lexicais de referência, a publicação de documentos em português, a articulação com profissionais na área das tecnologias da informação, com vista a criar e/ou fazer manutenção de páginas em português de forma regular, ou a atribuição de benefícios por parte das próprias organizações internacionais a funcionários que atinjam um determinado nível de proficiência na língua portuguesa são algumas pistas, que deverão ser equacionadas no âmbito de um estudo mais aturado.

Em jeito de balanço...

Tendo procurado analisar, ainda que de forma breve, a situação do português em organizações internacionais e refletir sobre aspetos de planeamento de estatuto, mas também de *corpus* e de aquisição, aquilo que pretendemos foi, antes de mais, levantar algumas questões que podem servir de base a estudos mais aprofundados nos diferentes domínios abordados, traçando um roteiro de difusão do português a novas

¹² Veja-se, por exemplo, sobre a União Africana, o estudo de Touhouneou (2013), em que os números refletem a escassez de recursos atribuídos à tradução e interpretação.

instituições que tenha em conta os esforços levados a cabo nas últimas décadas.

Com a clara consciência de que a arquitetura institucional de algumas organizações dificilmente se presta à prossecução de uma política de multilinguismo, mau grado as palavras dos documentos oficiais, é importante que a CPLP, os governos de países lusófonos e instituições como o Camões, I.P. sejam acutilantes na (re)negociação de acordos, preconizando uma abordagem custo-benefício e procurando avaliar o investimento financeiro ligado à adoção do português face aos resultados obtidos ou a obter.

Estes poderão ser medidos – no domínio do planeamento da aquisição – não apenas através do número de estudantes (como já acontece), mas, crucialmente, do nível de proficiência atingida. A continuidade na aposta em parcerias com instituições académicas (quer em países lusófonos, quer em países onde o português tem estatuto de língua estrangeira) com cursos em tradução e interpretação, o desenvolvimento dos cursos de formação à distância e de formação contínua já existentes (também com o apoio ou da responsabilidade do Camões, I.P., mas não só), e o levantamento regular das necessidades de formação dos profissionais das áreas dos negócios, da economia e da diplomacia – e de eventuais lacunas a colmatar – devem ser parte da prossecução de uma política orientada para a capacitação de profissionais e a produção de recursos de qualidade em língua portuguesa.

Um outro vetor de ação poderá passar pelo estabelecimento de metas na produção e atualização de documentos e disponibilização de recursos em linha, entre outros – responsabilizando de modo mais significativo as organizações internacionais pelos programas de implementação da língua portuguesa.

Paralelamente à promoção externa do estatuto do português, é indispensável uma reflexão sobre a melhor forma de gerir a coexistência das variantes do português em organizações internacionais intercontinentais, envolvendo nessa discussão todos os países da CPLP, cuja estratégia poderá passar pela alternância negociada no uso das variantes, ou por outras soluções de compromisso que valorizem a diversidade da língua portuguesa.

Só assim se poderá consolidar o papel do português a nível internacional e aspirar a que a língua portuguesa seja considerada um trunfo no jogo de forças entre as línguas globais.

Referências bibliográficas

- Acordo Ortográfico*, 1990, [on-line] <https://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf> – 7.08.2017.
- BAPTISTA, L.V. (2007), *Relatório Final do Projeto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os Leitorados de Português”*, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, [on-line] <http://cesnova.fcsh.unl.pt/cms/files/publicacoes/PUB4e08c7dfbebc3.pdf> – 7.08.2017.
- CALVET, L.-J. (1999), *Pour une écologie des langues du monde*, Plon, Paris.
- CALVET, L.-J. (2002), *Le marché aux langues – Les effets linguistiques de la mondialisation*, Plon, Paris.
- CPLP (2010), Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa, Brasília, [on-line] https://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf – 2.05.2017.
- CPLP (2014), Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa, Maputo. https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf – 2.05.2017.
- FILIPPE, M. (2006), *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo – Hipótese de Modelo Estratégico*, Tese de Doutoramento, n/p, Universidade Aberta.
- MATEUS, M.H.M. (2002), *Uma Política de Língua para o Português*, [on-line] <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-politicapt.pdf>.
- PHILLIPSON, R. (1992), *Linguistic Imperialism*, Oxford University Press, Oxford.
- PHILLIPSON, R. (2003), *English-only Europe? Challenging Language Policy*, Routledge, London, <https://doi.org/10.4324/9780203696989>.
- PHILLIPSON, R. (2008), *Lingua Franca or Lingua Frankensteinia? English in European Integration and Globalization*, World Englishes Forum, Blackwell, London, [on-line] <https://charitos.wikispaces.com/file/view/Lingua+franca+or+lingua+frankensteinia> – 11.09.2017.

- REIS, C. (Coord.) (2010), *A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão*, GEPE, Ministério da Educação, Lisboa.
- RETO, L.A., MACHADO, F.L., ESPERANÇA, J.P. (2016), *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.
- SPOLSKY, B. (2017). “Language Policy in Portuguese Colonies and Successor States”, *Current Issues in Language Planning*, 19(1), pp. 62-97, <https://doi.org/10.1080/14664208.2017.1316564>.
- TOUHOUEYOU, R. (2013), *The Practice of Translation in the African Union: A Case Study of the Parliament and the Commission*, dissertação de mestrado submetida à Universidade de Witwatersrand, África do Sul, np., [on-line] http://wiredspace.wits.ac.za/bitstream/handle/10539/13034/Raymond_Tohouenou_570037_MA%20Research%20Report%20Final%20_Corrected%20%20Version%20June%2025%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y – 12.06.2017.
- VICENTE, A.L., PIMENTA, M. (Coord.), (2008) *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*, FLAD, Lisboa.